

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 22/10/2020 – 9h30min

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	IGAM – MG	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Presente	
	IEF-MG	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
02	SIMA	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL e Coordenador da CT-PL)	Titular	Presente	
		André Luiz Sanchez Navarro (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e Coordenador da CT-PB)	Titular	Presente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Justificado	
		José Ferreira Assis	Suplente	Justificado	
03	Secretaria da Fazenda	Luiz Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
		Afonso Celso Rocha Mastrelli	Titular	Ausente	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Ausente	
		Mara Regina S. Ramos	Suplente	Ausente	
04	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior	Titular	Justificado	
		Ademir Cleto de Oliveira	Titular	Ausente	
	Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek	Suplente	Presente	
		Ana Maria Leme da Silva Sampaio	Suplente	Ausente	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
		Gustavo Ferraz de Arruda Vieira	Titular	Ausente	
	CODASP	Thomas Henrique da Cunha Daroz	Suplente	Ausente	
		Osvaldo Minoru Iamamoto	Suplente	Ausente	
06	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Presente	
		Marcos César Prado	Titular	Ausente	
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Suplente	Ausente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
07	P. M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Ausente	
		Paulo Trigo Ferreira	Titular	Presente	
	P. M. de Campinas	Jonas Donizette Ferreira	Suplente	Presente	p/ Paulo Roberto S. Tinel
		Rogério Menezes	Suplente	Ausente	
08	P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi	Titular	Ausente	
		Ariella Machado de Oliveira Montebello (Coordenadora da CT-SA)	Titular	Presente	
	P. M. de Cabreúva	Henrique Martin	Suplente	Ausente	
		Rosimeire Rabelo Santos Timporim	Suplente	Ausente	
09	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P.M. de Santa Maria da Serra	Narciso Benedito Bistafa	Suplente	Ausente	
		Persão Magossi	Suplente	Ausente	
10	P. M. de Itatiba	Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira	Titular	Ausente	
		José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Suplente	Presente	p/ Fabiane Cabral da Costa Santiago
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Presente	
11	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P. M. de Amparo	Luiz Oscar Vitale Jacob	Suplente	Ausente	
		Laura Petri Geraldino	Suplente	Presente	
12	P. M. de Toledo	Édio Donizeti Leme	Titular	Ausente	
		Damião Aparecido do Couto (Secretário-executivo do CBH-PJ1)	Titular	Presente	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Ariane Cristina da Silva	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 22/10/2020 – 9h30min

13	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel (Coordenador-adjunto da CT-MH)	Suplente	Presente	
14	SABESP	Antônio Carlos Teixeira	Titular	Ausente	
		Maurício Polezi	Titular	Presente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
		Indiara Cardoso Guasti Jogas	Suplente	Presente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (Coordenador da CT-MH)	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
16	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coordenador da CT-Rural)	Suplente	Ausente	
18	FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas	Titular	Ausente	
		Kamila Vilela Barros Santos	Titular	Ausente	
	COPASA	Cristiane Godoy de Salles	Suplente	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Ausente	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente	
20	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente	
		Gilda Carneiro Ferreira	Titular	Ausente	
	IPSA-C	Waldemar Bóbbbo	Suplente	Ausente	
21	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coordenador-adjunto da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto (Coordenador-adjunto da CT-SA)	Titular	Ausente	
	AEJ	Luiz Carlos Piccione	Suplente	Presente	
23	IPÊ	Andrea Pupo Bartazini	Titular	Presente	
	Mackenzie (Campinas)	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Presente	
		Luciano de Assis	Suplente	Ausente	
24	BIOSS	Sidney José da Rosa (Presidente do CBH-PJ1 e Presidente em exercício do PCJ FEDERAL)	Titular	Presente	
	Circuito Serras Verdes	Clodoaldo Antonio da Costa	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	IG	Sibele Ezaki	Coordenadora	Presente
	DAEE	Júlia Octaviano Noale	Secretária	Presente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
CT-ID	EESC/SHS	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Presente
	Rotary International D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Indústria	CIESP DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Vilella	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Paulo Roberto S. Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	Secretário	Presente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
CT-PB	SIMA	André Luiz Sanchez Navarro	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
	DAEE	Viviane Maria Beduschi de Arantes	Secretária	Presente
CT-RN	Coop. De Holambra	Petrus Bartholomeus Weel	Coordenador-adjunto	Presente
CT-SA	P.M. de Salinho	Ariella Machado de Oliveira	Coordenadora	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 22/10/2020 – 9h30min

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
ANA	Osman Fernandes da Silva
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos (Presidente em exercício do CBH-PCJ)
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera – Diretor-presidente
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi – Diretora Técnica
	Ivens de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro
	Eduardo Léo – Coordenador de Sistemas de Informação
	Elaine Franco de Campos – Coordenadora de Projetos
	Katia Rossi Gotardi Piccin – Coordenadora de Gestão
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato – Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos
	Ana Paula Fischer
	Allan Patrick
	Bruno Aranda
	Danilo Carlos Ferreira Costa
	Douglas Brunelli
	Fabio Coca
	Gabriel Gualda
	Ivan Gerdzijauskas
	Juliana Prado Guilmo
	Karla Romão
	Kaique Barretto
	Lívia Maria Ongaro Modolo
	Luiz Colassio
	Marcos Cazzonatto
	Mariane Rodrigues Amuy
	Marina Barbosa
	Mateus de Oliveira Ismael
	Rebeca Cristine Ferreira da Silva
	Rodolfo Bassani
	Thamiris Cardoso
	Tiago Georgette
SAAE São Pedro	Giovane H. Genezeli

Pauta e abertura: A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 15/10/2020. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, Coordenador da CT-PL e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Tiago Valentim Georgette, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou sobre as normas para a realização da reunião por videoconferência, bem como que a mesma seria gravada para posterior confecção da ata. Em seguida, o Sr. Moretti passou a palavra, para saudações iniciais, para o Sr. Sidney José da Rosa, Presidente do CBH-PJ1 e Presidente em exercício do PCJ FEDERAL, e, na sequência,

para o Sr. Marco Antonio dos Santos, Presidente em exercício do CBH-PCJ. Na sequência, o Sr. Moretti apresentou a pauta da reunião, questionando os mesmos se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada, dando-se início aos trabalhos.

2. Informes: 2.1. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ: a) O Sr. Moretti parabenizou a Câmara Técnica de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ (CT-SAM) pela realização, em 21/10/2020, de webinar de “Lançamento do Guia Prático para o desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água”. O guia foi aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 335/20, de 31/08/2020, e seu objetivo é fornecer, aos responsáveis pelos sistemas de abastecimento de água, diretrizes gerais para a elaboração, implantação, manutenção e verificação de Planos Municipais de Segurança da Água, com vistas a

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 22/10/2020 – 9h30min

40 garantir que a água distribuída não ofereça risco à
saúde pública, apresentando padrões de qualidade de
acordo com as exigências da legislação; **b)** O Sr.
Moretti passou a palavra para o Sr. André Luiz
Sanchez Navarro, Secretário-executivo adjunto do
45 CBH-PCJ e coordenador da Câmara Técnica de
Plano de Bacias (CT-PB), que informou que a CT-
PB realizará em 16/11/2020, oficina *online* com o
tema “Experiências e perspectivas sobre gestão da
implementação de Planos de Recursos Hídricos”,
50 que terá como objetivo principal a reunião e a
discussão de experiências de representantes de
órgãos gestores envolvidos no planejamento de
recursos hídricos, relacionadas à gestão e
acompanhamento da implementação de Planos de
55 Recursos Hídricos, como subsídio à elaboração, pela
CT-PB, de uma proposta para a gestão da
implementação do Plano das Bacias dos Rios
Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de
2020 a 2035; **c)** O Conselho Estadual de Recursos
60 Hídricos (CRH) iniciou, em 15/10/2020, consulta
pública sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos
(PERH) para o quadriênio 2020 a 2023. A
apresentação de comentários e sugestões pode ser
realizada até o dia 15 de novembro. Os documentos
65 referentes ao PERH, objeto da consulta, estão
disponíveis no portal do Sistema Integrado de
Gerenciamento de Recursos Hídricos (SigRH) do
Estado de São Paulo; **d)** A Secretaria de
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), por meio
70 da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi),
promoveu, em 20/10/2020, reunião por
videoconferência com representantes das Secretarias
Executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas
(CBHs) e das Agências de Bacias do Estado de São
75 Paulo. Dentre os itens de pauta, constaram: (i) o
processo de indicação de empreendimentos ao
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
de 2020, sobre o qual o Sr. Moretti informou que
está em análise pelo Governo do Estado de São
80 Paulo a proposta de contratação de agentes técnicos
terceirizados para o FEHIDRO, e também que os
fundos financeiros do Estado de São Paulo, dentro
eles FEHIDRO, cujo agente financeiro atualmente é
o Banco do Brasil, passarão, em breve, a ter como
85 agente financeiro o Desenvolve SP; (ii) os critérios
de parcelamento e reajustes de parcelas da cobrança
pelo uso dos recursos hídricos Estadual Paulista; (iii)
a atualização do portal eletrônico do Sistema
Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
90 (SigRH) do Estado de São Paulo; (iv) a divulgação
dos indicadores de participação e desempenho dos
alunos que realizaram os 6 (seis) cursos ofertados

pelo Programa Permanente de Capacitação em
Gestão de Recursos Hídricos (Capacita-SIGRH) em
95 2020; (v) o índice de cobertura das Unidades de
Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs)
com a existência de salas de situação, sobre o qual o
Sr. Moretti informou que tiveram início discussões
para a implantação de salas de situação com recursos
100 do FEHIDRO, tendo sido a Sala de Situação das
Bacias PCJ considerada referência nacional e
internacional; (vi) o início do Processo Eleitoral
2021 para a renovação dos mandatos no Conselho
Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e nos Comitês
105 de Bacias Hidrográficas (CBHs); (vii) a realização
da 1ª Reunião Ordinária de 2020 do Fórum Paulista
de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH),
agendada para 26/11/2020, por videoconferência;
(viii) a divulgação do calendário com a programação
110 das próximas reuniões do Conselho Estadual de
Recursos Hídricos (CRH) - reunião extraordinária
em 01/12/2020 e reunião ordinária em 17/12/2020;
e) O Programa Permanente de Capacitação em
Gestão de Recursos Hídricos (Capacita-SIGRH)
115 ofertará novos cursos para o ano de 2021, por meio
de parceria com a Fundação Municipal de Ensino de
Piracicaba (FUMEP). Serão ofertados 5 (cinco)
cursos: “Gestão de Projetos do FEHIDRO”;
“Indicação de Empreendimentos ao FEHIDRO”;
120 “Conceitos Hidrológicos e Hidráulicos Básicos para
o Gerenciamento de Recursos Hídricos”; “O Papel
dos Gestores Públicos no Acesso ao FEHIDRO” e
“Princípios da Gestão Integrada de Recursos
Hídricos”. Por meio de parceria com o Instituto de
125 Pesquisas Tecnológicas (IPT) do Estado de São
Paulo, será ofertado o curso “Segurança de
Barragens”, o qual será disponibilizado para a
capacitação apenas dos agentes fiscalizadores de
barragens que atuam no Departamento de Águas e
130 Energia Elétrica (DAEE) e na Companhia
Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). **2.2.**
da Agência das Bacias PCJ: O Sr. Moretti passou
a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-
presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ,
135 que cumprimentou a todos e informou o que segue:
a) Em 26/10/2020, às 14:00 horas, será realizada
reunião do Conselho Fiscal da Fundação Agência
das Bacias PCJ, e, em 27/10, também a partir das
14:00 horas, a reunião do Conselho Deliberativo da
140 Fundação, ambas por videoconferência; **b)** Visando
ao cumprimento de metas estabelecidas pelo
Contrato de Gestão (CG) pactuado entre a Agência
Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a
Fundação Agência das Bacias PCJ, referente ao
145 período de 2020, será iniciada, em 28/10/2020, a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 22/10/2020 – 9h30min

aplicação de pesquisa referente ao Indicador 5A - Reconhecimento Social – do CG, para aferir a percepção dos membros dos Comitês PCJ quanto à eficiência técnica e administrativa da Fundação Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária (ED). A pesquisa será realizada pela Fundação Agência das Bacias PCJ e os membros dos Comitês PCJ receberão instruções de participação via e-mail, com as devolutivas devendo ocorrer até 20/12/2020;

150 c) A Fundação Agência das Bacias PCJ fará a apresentação e o lançamento do novo site da instituição nas reuniões dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, o qual estará ativo a partir de 28/10/2020, sendo que o endereço eletrônico

160 permanecerá o mesmo (www.agencia.baciaspcj.org.br). O Sr. Sergio informou também que, para uma próxima etapa, em 2021, está prevista a reformulação e modernização do site dos Comitês PCJ. **2.3 dos membros dos**

165 **Comitês PCJ:** Na sequência, o Sr. André franqueou a palavra para que os demais membros pudessem fazer seus informes: **a)** O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba,

170 Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), cumprimentou a todos e parabenizou a Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) pelo lançamento e a importância do “Guia Prático Para o Desenvolvimento de Planos Municipais de

175 Segurança da Água”, reiterando como próximo desafio a implementação do guia pelos municípios. O Sr. Francisco manifestou que as Bacias PCJ estão passando por uma crise hídrica severa e que o Consórcio PCJ vem trabalhando em parceria com a

180 Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ (CT-MH) no enfrentamento à situação. O Sr. Francisco salientou que, no âmbito dos Comitês PCJ, a CT-MH vem monitorando os 22 (vinte e dois) municípios que são atendidos pelas

185 descargas a jusante do Sistema Cantareira, e que o Consórcio PCJ, em parceria com a CT-MH, o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e outros agentes importantes da gestão dos recursos hídricos, estão

190 monitorando a disponibilidade hídrica nos 44 (quarenta e quatro) municípios de abrangência de atuação do Consórcio PCJ. Informou, também, que as séries históricas dos períodos secos nas Bacias PCJ vêm apresentando considerável redução dos

195 níveis de pluviosidade, com redução de 20% (vinte por cento) em 2018, redução de 12% (doze por cento) em 2019 e redução de 25% (vinte e cinco por cento) em 2020. Na sequência, informou que devido

à elevação média das temperaturas ocorreu um

200 aumento do consumo de aproximadamente 20% (vinte por cento) pela população. Informou que tal situação, aliada à ocorrência de chuvas em outubro na faixa de apenas 10% (dez por cento) das médias históricas, está ocasionando dificuldades de

205 captação e de abastecimento público em muitos municípios. Salientou que a estiagem severa que estamos vivenciando é algo extremamente alarmante e que os órgãos gestores de recursos hídricos devem estar preparados para o

210 enfrentamento desta crise e para a gestão de futuras crises semelhantes ou mais severas. Por fim, o Sr. Francisco enalteceu o processo de elaboração e aprovação do Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ para o período de 2020 a 2035, afirmando ser

215 um instrumento de grande relevância para o gerenciamento dos recursos hídricos nas Bacias PCJ; **b)** O Sr. Rodrigo Hajjar, representante do Fórum das Américas, cumprimentou a todos e informou que ocorrerá em 03/12/2020, por

220 videoconferência, a Assembleia Geral Ordinária do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), que terá dentre os itens de pauta a apresentação de metodologia de trabalho para a revisão do Regimento Interno do FNCBH. **3.**

225 **Apreciação das Atas da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB e da 53ª Reunião Extraordinária da CT-PL, realizadas por videoconferência em 07/08/2020.** O Sr. André questionou aos membros sobre a

230 necessidade de leitura da minuta de ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu para manifestações sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta

235 foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, o Sr. André questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 53ª Reunião Extraordinária da CT-PL. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr.

240 André abriu para manifestações sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo também aprovado por unanimidade. **4. Apreciação do Programa de Trabalho do novo Contrato de Gestão a ser**

245 **celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias PCJ - período 2021-2025:** O Sr. Moretti explanou sobre o novo Contrato de Gestão que será

250 celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias PCJ como Entidade Delegatária (ED),

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 22/10/2020 – 9h30min

para o período de 2021 a 2025. O atual Contrato de Gestão pactuado entre a ANA e a Fundação Agência das Bacias PCJ terá o término de sua vigência em 31/12/2020, sendo necessário um novo contrato entre as partes, que terá vigência de 5 (cinco) anos. Em 25/08/2020, o Conselho Nacional de Recursos Hídrico (CNRH) aprovou por unanimidade a renovação da delegação das funções de agência de água nas Bacias PCJ para a Fundação Agência das Bacias PCJ, até 31/12/2035. Na sequência, passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, para mais esclarecimentos. O Sr. Sergio informou que a partir de 2021 haverá padronização dos contratos de gestão da ANA com as entidades delegatárias, sendo alterados apenas os percentuais das metas e indicadores a serem cumpridos por cada ED. Apesar da delegação como ED ter sido renovada até 2035, o novo Contrato de Gestão terá validade de 5 (cinco) anos, compreendendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2025 (2021-2025). O novo Contrato de Gestão a ser celebrado possui um Termo de Referência (Anexo I), com atividades que serão de obrigação da ED e um Programa de Trabalho (Anexo II), com metas e indicadores a serem cumpridos no período de 5 (cinco) anos. Quanto ao Termo de Referência (Anexo I), destacam-se os itens: **(6.1)** Secretaria Executiva e ações de apoio aos comitês (organização interna; planejamento das atividades; comunicação, capacitação e mobilização social; organização de eventos; processo eleitoral); **(6.2)** Ações de acompanhamento e administração financeira dos valores repassados à contratada pela contratante a partir dos recursos arrecadados com a cobrança federal; e **(6.3)** Ações de implementação do Plano de Recursos Hídricos. Quanto ao Programa de Trabalho (Anexo II), caracterizado pela presença de metas e indicadores, destacam-se: **(1)** a) Objeto de mensuração: ações de apoio ao comitê; b) Indicador: nível de organização do Planejamento Anual de Atividades (PAA) do comitê e de suas instâncias pela ED; c) Anos e percentuais: 2021/100%, 2022/100%, 2023/100%, 2024/100% e 2025/100%; d) Fonte: Planejamento Anual de Atividades (PAA) do comitê aprovado por deliberação do colegiado; **(2)** a) Objeto de mensuração: ações de apoio ao comitê; b) Indicador: nível de atendimento pela ED aos encaminhamentos solicitados pelo comitê; c) Anos e percentuais: 2021/100%, 2022/100%, 2023/100%, 2024/100% e 2025/100%; d) Fonte: deliberação ou documento encaminhado pela Secretaria Executiva do comitê a ED; **(3)** a) Objeto de mensuração: ações de apoio a

implementação do Plano de Recursos Hídrico da bacia hidrográfica; b) Indicador: avaliar o nível de execução física de ações priorizadas pelo comitê; c) Anos e percentuais: Ano 1 (2021/100%, 2022/não se aplica, 2023/não se aplica, 2024/não se aplica e 2025/não se aplica) e Anos 2 a 5 (2021/ não se aplica, 2022/100%, 2023/100%, 2024/100% e 2025/100%); d) Fonte: Plano de Aplicação Plurianual (PAP) e Plano de Execução Orçamentária Anual (POA); **(4)** a) Objeto de mensuração: ações de administração financeira dos valores repassados a partir dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica; b) Indicador: medir o nível de execução financeira de ações finalísticas previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP); c) Anos e percentuais: 2021/45%, 2022/45%, 2023/45%, 2024/45% e 2025/45%; d) Fonte: Plano de Aplicação Plurianual (PAP), Plano de Execução Orçamentária Anual (POA) e extratos da conta bancária específica, em instituição financeira oficial federal; **(5)** a) Objeto de mensuração: ações de administração financeira dos valores repassados a partir dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica; b) Indicador: índice de desembolso total; c) Anos e percentuais: 2021/50%, 2022/50%, 2023/50%, 2024/50% e 2025/50%; d) Fonte: Plano de Aplicação Plurianual (PAP), Plano de Execução Orçamentária Anual (POA) e extratos da conta bancária específica, em instituição financeira oficial federal; **(6)** a) Objeto de mensuração: ações de administração financeira dos valores repassados a partir dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica; b) Indicador: taxa de administração real da ED; c) Anos e percentuais: 2021/5%, 2022/6%, 2023/7%, 2024/7,5% e 2025/7,5%; d) Fonte: Plano de Aplicação Plurianual (PAP) e Plano de Execução Orçamentária Anual (POA); **(7)** a) Objeto de mensuração: ações de administração financeira dos valores repassados a partir dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica; b) Indicador: índice de cumprimento de recomendações da auditoria interna da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); c) Anos e percentuais: 2021/100%, 2022/100%, 2023/100%, 2024/100% e 2025/100%; d) Fonte: relatórios de auditoria e planos de ação resultantes dos trabalhos de auditoria. Na sequência, o Sr. Sergio passou a palavra para a Sr^a. Katia Rossi Gotardi Piccin, Coordenadora de Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 22/10/2020 – 9h30min

acerca do número de reuniões programadas pelo Planejamento Anual de Atividades (PAA) do comitê, que este pode ser ultrapassado quando houver a necessidade de discussões referente a temas críticos, como, por exemplo, crise hídrica na bacia hidrográfica de atuação do colegiado. Na sequência, o Sr. Sergio passou a palavra para o Sr. Osman Fernandes da Silva, representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que explicou que, referente a alguns aspectos da Política Nacional de Recursos Hídricos, a ANA adota um modelo de gestão baseado em resultados, sendo o acompanhamento dos contratos de gestão uma das formas de realizá-la. Informou, também, que a ANA possui 6 (seis) contratos de gestão e 3 (três) termos de parcerias que serão renovados até o final do mês de dezembro de 2020. Os contratos de gestão são adotados nas bacias hidrográficas que possuem cobrança pelo uso dos recursos hídricos implantada. Os termos de parceria são adotados naquelas em que os comitês estão em processo de implantação ou não apresentam viabilidade financeira. O Sr. Osman explicou que anteriormente os contratos de gestão possuíam um tempo de vigência de 10 (dez) anos e que recentemente o procedimento foi modificado para um período de 5 (cinco) anos. Essa modificação foi necessária por orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas a garantir o atendimento das metas e indicadores, uma vez que considerou que períodos de tempo maiores que 5 (cinco) anos poderiam ocasionar dificuldades no cumprimento dos mesmos. Considera, assim, que o novo modelo de contrato de gestão permite avaliar de forma mais eficiente as metas e indicadores pactuados entre as partes, ocasionando melhoria nos processos e eficiência da gestão. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da deliberação, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. O Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), cumprimentou a todos e salientou a importância da Fundação Agência das Bacias PCJ pelo seu trabalho de êxito no gerenciamento dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. Comentou, ainda, que a padronização do novo Contrato de Gestão a ser pactuado entre a ANA e a Entidade Delegatária (ED) traz algumas obrigatoriedades referentes às metas, o que poderá gerar algumas dificuldades inerentes ao seu cumprimento. O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, relatou que houve uma evolução muito grande nos contratos de gestão

ao longo dos anos, destacando o que vem sendo proposto nos dias atuais e que ajustes devem ser feitos caso necessário, pois vivenciamos realidades financeira e de gestão totalmente diferentes do passado. Salientou que muitos fundos estaduais e federais voltados à gestão dos recursos hídricos foram extintos e outros não possuem mais recursos financeiros disponíveis como anteriormente. Considerou que os recursos financeiros arrecadados com a cobrança nas Bacias PCJ são extremamente importantes, porém os valores arrecadados pela Fundação Agência das Bacias PCJ são insuficientes comparativamente ao montante de recursos necessários para a implementação do Plano de Recursos Hídricos PCJ 2020-2035, que requisita investimentos, para o período de 15 (quinze) anos, de aproximadamente R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais). O Sr. Francisco afirmou que, diante do cenário exposto, o novo contrato de gestão deverá ser compatível com o cumprimento de metas exequíveis para a atual realidade em que vivemos. O Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, relatou que foi realizada uma simulação financeira dos indicadores 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis) do Programa de Trabalho do novo Contrato de Gestão. Explicou que a maior parte dos recursos financeiros disponíveis no caixa da Fundação Agência das Bacias PCJ está comprometida com o financiamento de projetos já aprovados, e que o volume de arrecadação dos recursos advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos sofre influência direta da inadimplência, que para o período está próxima de 15% (quinze por cento) e teve seu percentual aumentado este ano em decorrência do impacto da pandemia de Covid-19 na economia do país. O Sr. Ivens apresentou a estimativa de saldo de recursos financeiros em caixa ao final de cada ano para um planejamento de 5 (cinco) anos, com valores totais de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para o ano de 2021; R\$ 16.234.417,08 (dezesseis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e oito centavos) para o ano de 2022; R\$ 12.119.836,25 (doze milhões, cento e dezenove mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) para o ano de 2023; R\$ 10.534.163,09 (dez milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e três reais e nove centavos) para o ano de 2024 e mesmo valor para o ano de 2025. Informou que a previsão de arrecadação de recursos financeiros para o mesmo período é de R\$ 9.303.682,82 (nove milhões, trezentos e três mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 22/10/2020 – 9h30min

centavos) para o ano de 2021; R\$ 9.652.157, 02
465 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil,
cento e cinquenta e sete reais e dois centavos) para o
ano de 2022; R\$ 9.935.534,59 (nove milhões,
novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e
quatro reais e cinquenta e nove centavos) para o ano
470 de 2023; R\$ 10.284.534,88 (dez milhões, duzentos e
oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro
reais e oitenta e oito centavos) para o ano de 2024 e
de R\$ 10.644.493,60 (dez milhões, seiscentos e
quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três
475 reais e sessenta centavos) para o ano de 2025. O Sr.
Ivens explanou que o planejamento financeiro para
o novo Contrato de Gestão 2021-2025 é dividido em
custeio administrativo e investimentos. O Sr.
Moretti relatou que devido ao aumento da
480 inadimplência e da consequente previsão de redução
da arrecadação de recursos financeiros para os
próximos anos, haverá impacto direto na
disponibilidade de recursos para o financiamento de
novas ações, e que, nesse sentido, é importante uma
485 postura mais conservadora quanto aos indicadores
de resultados. Não havendo mais manifestações, o
Sr. Moretti submeteu a minuta de deliberação à
votação, sendo aprovada por unanimidade para ser
encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com
490 parecer favorável da CT-PL. **5. Apreciação da
minuta de Deliberação dos Comitês PCJ, que
cria, no âmbito da CT-PL, o Grupo de Trabalho
para a Integração de Ações das Câmaras
Técnicas dos Comitês PCJ – GT-Integração:** O
495 Sr. Moretti informou que a minuta de deliberação
em questão se refere à criação, no âmbito da Câmara
Técnica de Planejamento (CT-PL), do Grupo de
Trabalho para Integração de Ações das Câmaras
Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, denominado de
500 GT-Integração, de caráter permanente, com o
objetivo de integrar e articular as ações das demais
CTs, bem como de consolidar propostas oriundas
das CTs visando sua submissão à apreciação dos
Plenários dos Comitês PCJ, conforme atribuição da
505 CT-PL prevista no Artigo 8º da Deliberação dos
Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15. Posteriormente
aos esclarecimentos sobre o conteúdo da
deliberação, foi aberta a palavra para manifestações
dos presentes. O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr.
510 Michele Consolmagno, representante do Centro das
Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) DR
Bragança Paulista, que sugeriu o GT-Integração seja
composto pelas coordenações das CTs, ao que o Sr.
Moretti explicou ser essa mesma a proposta,
515 conforme consta no Artigo 2º da minuta de
deliberação. O Sr. Moretti passou a palavra para o

Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação
Agência das Bacias PCJ, que afirmou ser a criação
do GT-Integração de grande relevância,
520 principalmente pelo objetivo de discutir ações de
interesse comum e de planejamento das Câmaras
Técnicas. O Sr. Moretti sugeriu a inclusão na
deliberação, como mais um inciso no Artigo 1º, que
trata das atribuições do GT-Integração, com a
525 seguinte redação: *“realizar outras ações que lhe
forem encaminhadas pela CT-PL relacionadas com
a necessidade de atuação conjunta e integrada das
CTs”*, inclusão esta que foi aprovada por todos os
presentes. Não havendo mais manifestações, o Sr.
530 Moretti submeteu a minuta de deliberação, com a
inclusão mencionada, à votação, sendo aprovada por
unanimidade para ser encaminhada aos Plenários
dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL.
**6. Apreciação da minuta de Deliberação dos
535 Comitês PCJ, que aprova o Parecer Técnico GT-
Empreendimentos nº 02/2020, sobre o
empreendimento Centro Empresarial Espaço
Gaia Théia, no município de Jarinu/SP:** O Sr.
Moretti informou que a referida minuta de
540 deliberação trata da aprovação do Parecer Técnico
GT-Empreendimentos nº 02/2020, de 08/09/2020,
relativo ao empreendimento “Centro Empresarial
Espaço Gaia Théia”, localizado no município de
Jarinu/SP. Após análises pelo GT-
545 Empreendimentos, que resultaram na elaboração dos
Pareceres Técnicos GT-Empreendimentos
nºs 07/2017, 01/2018, 04/2018, 06/2018 e 02/2020,
foi constatado o atendimento a todas as solicitações
apresentadas pelo GT para a obtenção pelo
550 empreendedor da Licença Prévia (LP) no âmbito do
processo de licenciamento ambiental. Dessa forma,
conforme previsto na Deliberação dos Comitês PCJ
nº 116/11, de 28/06/2011, o parecer de aprovação do
atendimento às complementações solicitadas foi
555 encaminhado à CT-PL, ora em análise. Após os
esclarecimentos sobre o conteúdo da deliberação, foi
aberta a palavra para manifestações dos presentes.
Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu
a minuta de deliberação que aprova o Parecer
560 Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2020, sobre o
empreendimento Centro Empresarial Espaço Gaia
Théia, no município de Jarinu/SP, à votação, sendo
aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos
Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da
565 CT-PL. **7. Constituição do GT-Planejamento
Estratégico dos Comitês PCJ:** O Sr. Moretti
lembrou a todos que a Deliberação Conjunta dos
Comitês PCJ nº 116/2020, de 30/06/2020, aprovou
as Declarações Corporativas dos Comitês PCJ de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 22/10/2020 – 9h30min

570 missão, visão de futuro, atributos da visão de futuro
e valores, bem como a Análise SWOT dos Comitês
PCJ e que, como continuação dos trabalhos, será
iniciada nova fase. Para tanto, será necessário
compor novo GT-Planejamento Estratégico, para
acompanhamento desta etapa, na qual estão
previstas oito reuniões do GT, com previsão de
realização entre novembro de 2020 e abril de 2021.
A composição foi aprovada conforme segue: **a)** o
secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL; **b)** três representantes da Câmara
Técnica de Planejamento (CT-PL); **c)** um
representante do CBH-PJ1; **d)** um representante da
coordenação de cada CT; e **e)** representantes da
Fundação Agência das Bacias PCJ, na condição de
convidados. A estrutura foi aprovada por
unanimidade e passou-se ao preenchimento das
vagas. Após manifestações dos membros, o GT-
Planejamento Estratégico foi composto como segue:
a) Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL: Sr. Luiz Roberto Moretti (SIMA); **b)**
Representantes da Câmara Técnica de Planejamento
(CT-PL): Sr. Michele Consolmagno (CIESP - DR
Bragança Paulista); Sr. Rodrigo Hajjar (Fórum das
Américas) e Sr. Miguel Milinski (AAMHOR); **c)**
Representante do CBH-PJ1: Sr. Damião Aparecido
do Couto (secretário-executivo do CBH-PJ1); **d)**
Representantes das Câmaras Técnicas dos Comitês
PCJ: **i)** Águas Subterrâneas (CT-AS): Sr^a. Sibeles
Ezaki (IG); **ii)** Educação Ambiental (CT-EA): Sr^a.
Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (ASSEMAE); **iii)**
Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias
(CT-ID): Sr. Tadeu Fabrício Malheiros
(EESC/SHS); **iv)** Uso e Conservação da Água na
Indústria (CT-Indústria): Sr. Jorge Antonio Mercanti
(CIESP - DR Campinas); **v)** Monitoramento
Hidrológico (CT-MH): Sr. Paulo Roberto S. Tinel
(ASSEMAE); **vi)** Outorgas e Licenças (CT-OL):

Sr^a. Ariana Rosa Bueno Damiano (DAEE); **vii)**
Plano de Bacias (CT-PB): Sr. André Luiz Sanchez
Navarro (SIMA); **viii)** Conservação e Proteção de
Recursos Naturais (CT-RN): Sr. João José
Assumpção de Abreu Demarchi (IZ); **ix)** Uso e
Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural):
Sr. Nilton Piccin (Sindicato Rural de Limeira); **x)**
Saneamento (CT-SA): Sr^a. Ariella Machado de
Oliveira Montebello (P.M. de Saltinho); e **xi)** Saúde
Ambiental (CT-SAM): Sr^a. Luciana de Souza
(IPSA-C). Acordou-se que os representantes das
CTs poderão ser ajustados caso outro entendimento
seja realizado entre os membros das respectivas
coordenações. Não havendo mais manifestações, o
Sr. Moretti submeteu a composição do grupo de
trabalho à votação, sendo aprovada por
unanimidade. **8. Alteração da agenda da Câmara
Técnica de Planejamento (CT-PL):** O Sr. Moretti
relatou que devido à necessidade de ajustes no
planejamento das reuniões da CT-PL e da
necessidade da realização de uma reunião plenária
no mês de dezembro, faz-se necessária a mudança
da data pré-agendada para a realização da 79ª
Reunião Ordinária da CT-PL, prevista para
06/11/2020. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti
propôs que a definição da nova data fosse realizada
pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Na
sequência, abriu a palavra para manifestações dos
presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti
submeteu a proposta de alteração da agenda de
reuniões da CT-PL à votação, a qual foi aprovada
por unanimidade. **9. Encerramento:** Nada mais
havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a
participação de todos e deu por encerrada a reunião.

Luiz Roberto Moretti
Coordenador da CT-PL